

Ata da 35ª Reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 07/02/2007, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez - Secretário Executivo da Comissão Interministerial
2. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Leiza M. Dubugras – Casa Civil
4. Raphael Azeredo - Ministério das Relações Exteriores
5. Marcos Otávio Bezerra Prates - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6. João Antônio Fagundes Salomão – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
7. Cleuza Gomes - Ministério das Cidades
8. Nadja Limeira Araújo – Ministério das Cidades

Outros Participantes:

1. Branca Americano - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
4. Adriano Oliveira - Ministério do Meio Ambiente
5. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
6. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
7. Alexandre Peixoto – Ministério de Minas e Energia
8. Marta M. Marques Magalhães – Ministério dos Transportes

O Dr. Newton Paciornik, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios. Informou que o Ministro Sérgio Rezende e o Secretário Executivo da Comissão, Dr. José Miguez não poderiam comparecer à reunião, tendo solicitado que ele conduzisse os trabalhos

1. Aprovação da Ata da 34ª reunião da Comissão Interministerial.

O Dr. Newton indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazerem na minuta de Ata da 34ª reunião da CIMGC distribuída.

Não havendo considerações, a Ata da 34ª reunião foi considerada aprovada.

2. Relato da 12ª Conferência das Partes da Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima realizada em Nairobi, Quênia, de 6 a 17 de novembro de 2006.

O Dr. Newton solicitou que o Secretário Paulo José Chiarelli Vicente de Azevedo, do Ministério das Relações Exteriores fizesse um relato da COP12.

O Secretário Paulo Chiarelli destacou que o principal tema da COP 12 foi a discussão do futuro do regime. Diferentemente do que ocorrera em Montreal, durante a COP 11, quando foi acordado que a discussão deveria prosseguir em dois trilhos, um do protocolo, outro da Convenção, durante a COP 12 houve uma tentativa, por parte da União Européia e do Canadá, de abertura de um novo trilho de discussões, o trilho do artigo 9 que prevê a revisão do Protocolo de Quioto.

O objetivo da proposta Européia e Canadense era uma revisão total “aberta” do protocolo de Quioto até 2009. O Brasil, África do Sul, a China e a Índia, foram contrários à idéia proposta pelos europeus e conseguiram transformá-la em uma revisão restrita a apenas alguns aspectos assegurando que nenhum novo compromisso seria incluído, tanto para países do Anexo I quanto dos não pertencentes ao Anexo I.

Destacou que a posição brasileira de não concordar com discussões de novos compromissos no trilho do artigo 9 se deve ao fato de que obrigações para o segundo período de compromisso estão sendo discutidas no grupo de trabalho referente ao artigo 3.9, denominado AWG. Esclareceu que este grupo de trabalho é aberto e que qualquer país pode apresentar submissões. O Brasil, representado pelo Dr. Miguez, apresentou a Proposta Brasileira de 1997. Ressaltou que estas discussões são bastante complicadas, citando o exemplo da proposta canadense de responsabilidade pelas emissões futuras.

No trilho do Diálogo sob a Convenção, a Ministra Marina Silva apresentou uma proposta para criação de um fundo visando a redução do desmatamento em países em desenvolvimento. Destacou que esta idéia foi bem recebida e está sendo discutida internacionalmente.

Por fim, avaliou que, na opinião do governo brasileiro, a COP 12 foi relativamente proveitosa, uma vez que foi refutada a proposta européia de revisão do Protocolo de Quioto, cujo objetivo principal era o de atribuir responsabilidade de mitigação de emissões aos países em desenvolvimento em função de suas emissões futuras.

Esclareceu, ainda, que a previsão para a COP 13 é de prosseguir com os diálogos iniciados durante a COP 11 e refutar a posição defendida pelos europeus de responsabilidade em função de emissões futuras.

A Dra. Branca Americana acrescentou que durante a 12ª COP 2ª COP/MOP ficou acordado por meio da decisão CMP.2 que os projetos com direito a créditos retroativos terão o seu prazo final para registro no Conselho Executivo do MDL dilatado até 31 de março de 2007.

Uma questão abordada foi o início de um processo de discussão sobre a viabilidade de aceitar projetos de CCS “Carbon Capture and Storage” como projetos MDL. Destacou que

isto já vinha sendo discutido, inclusive com propostas de metodologias viáveis. Outra questão discutida foi a proposta de viabilidade de aceitar projeto de substituição de biomassa não renovável por biomassa renovável como projetos MDL.

Por fim, destacou que ficou acordado que a decisão do Conselho Executivo sobre definições de florestas deverá ser discutida novamente. Assim, todas as decisões tomadas no âmbito do Conselho Executivo sobre este tema foram canceladas e deverão ser novamente discutidas.

O Secretário Paulo Chiarellicitou, ainda, a eleição do Dr. Miguez como membro altermo do Conselho Executivo do MDL.

O Dr. Newton Paciornik fez um breve relato sobre a reunião do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima ocorrido em Paris que teve grande repercursão na mídia.

Nesta reunião, foi aprovado o texto do Sumário para os Tomadores de Decisão do Volume 1 do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC (AR4).

Lembrou que a publicação aborda apenas as questões relacionadas à ciência do clima, e será seguido por dois outros relatórios, um dedicado aos estudos de vulnerabilidade e adaptação à mudança do clima, a ser divulgado em abril, e outro abordando os aspectos de mitigação, a ser divulgado em maio

O documento afirma, assim, que é “muito provável” (probabilidade maior que 90%) que o aumento de temperatura observado desde a metade do século 20 seja resultado do aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, provocados por atividades humanas. O relatório de 2001 afirmava que era apenas “provável”.

Constata, ainda, que as concentrações de dióxido de carbono (CO₂), metano e óxido nitroso, principais gases de efeito estufa, cresceram consideravelmente desde o início da revolução industrial (1750), como resultado das atividades humanas, sendo as emissões de CO₂ resultado, principalmente, do uso de combustíveis fósseis e em menor escala da mudança do uso da terra (conversão de florestas) e as emissões de metano e óxido nitroso, resultado das atividades agrícolas.

O Relatório diz, ainda, que o aquecimento do sistema climático é inequívoco, comprovado pelas observações das temperaturas do ar e dos oceanos, pelo derretimento das geleiras e o aumento do nível do mar.

Projeta, nas próximas décadas, um aumento esperado de temperatura de 0,2°C, por década, mesmo que as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera se mantivessem constantes nos níveis de 2000. O aumento de emissões acima dos níveis atuais conduziria a aumentos de temperatura até o ano de 2100, na faixa de 1,8°C a 4°C, dependendo do cenário socioeconômico avaliado. O relatório estima, também, um aumento do nível do mar entre 18 cm e 59 cm, até 2100.

Entre as conclusões está o alto grau de confiança em um aumento dos eventos climáticos extremos, incluindo um aumento de episódios de temperaturas muito altas e chuvas abundantes. O relatório prevê, também, o aumento da intensidade dos ciclones tropicais

O Dr. Adriano Oliveira, representando o Ministério do Meio Ambiente, ressaltou que internamente, a importância das emissões por desmatamento é superior àquelas devidas ao consumo de combustíveis fósseis, haja visto que a matriz energética brasileira é bastante limpa. Assim, aponta sua preocupação para possíveis repercussões políticas que as conclusões do AR4 poderão gerar tendo em vista a proposta brasileira de incentivos positivos para redução do desmatamento.

3. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

O Dr. Newton informou que continuava ocorrendo a submissão de documentos na véspera das reuniões da Comissão. Informou que como discutido na reunião anterior um prazo limite para submissão de documentos à CIMGC deveria ser estabelecido.

Informou, ainda, que a Secretaria Executiva ainda não havia preparado uma minuta da resolução 05, mas comprometeu-se a disponibilizar este documento até a 5ª reunião extraordinária.

O Dr. Newton informou que os seguintes projetos foram submetidos à CIMGC e deverão ser analisados durante a 36ª reunião.

- PCH Paraíso – Pequena Central Hidrelétrica (submetido em 03/01/07)
- 148 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-18 (submetido em 11/01/07)

- 149 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-19 (submetido em 11/01/07)
- 150 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-20 (submetido em 11/01/07)
- 151 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-22 (submetido em 11/01/07)
- 152 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-23 (submetido em 11/01/07)
- 153 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-26 (submetido em 11/01/07)
- 154 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-21 (submetido em 18/01/07)
- 155 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-24 (submetido em 18/01/07)
- 156 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-25 (submetido em 18/01/07)
- 157 – Projeto de mitigação de GEE nas fazendas incluídas nos PDDs BR06-S-27 (submetido em 18/01/07)

3.1 Projetos em fase de revisão

3.1.1 Requerendo Créditos Retroativos

O Dr. Newton informou que iniciaria a análise dos projetos MDL por aqueles em revisão com direito a créditos retroativos, cujo prazo para registro é até 31 de março de 2007.

O informou que o projeto a seguir **não** encaminhou resposta ao ofício da CIMGC até o dia 30 de novembro de 2006. Assim, **permaneceria em revisão**.

➤ 64 - Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini

Informou que o seguinte projeto encaminhou resposta ao ofício encaminhado pela CIMGC, tendo sido, portanto, analisado.

➤ 97 - Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural

A Dra. Branca informou que este projeto envolve a troca de combustível de óleo diesel para gás natural no setor de cerâmica. Foi pedido que o proponente do projeto apresentasse argumentos que fundamentasse sua hipótese de adicionalidade. Entretanto, o proponente do projeto informou estar impossibilitado de apresentar os dados requeridos pela CIMGC alegando motivo de confidencialidade.

A Dra. Branca destacou que dentro das regras do MDL qualquer dado envolvendo a adicionalidade tem que ser totalmente transparente e estar disponível para análise.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

O Dr. Newton destacou que de acordo com o Balanço Energético Nacional, o que se observou no setor foi um aumento na utilização do gás natural em detrimento do óleo combustível. Assim, afirma que existem uma série de questões que deverão ser esclarecidas para assegurar a adicionalidade do projeto.

O Dr. Adriano questionou se a CIMGC não poderia ser interpelada, uma vez que outros projetos de troca de combustível envolvendo gás natural já foram aprovados pela CIMGC.

O Dr. Newton destacou que a adicionalidade dos projetos deve ser analisada caso a caso e em função dos setores da economia em que estão encontrados inseridos. Destacou que muitas vezes, as barreiras em um setor podem ser diferentes das barreiras em um outro.

A Dra. Branca lembrou que a CIMGC já havia concordado que mesmo se uma decisão equivocada tiver sido adotada no passado, isto não impede que a opinião da CIMGC seja revista, modificando suas decisões futuras.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Eliane de Troca de Combustíveis para Gás Natural, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Fundamentação das justificativas que comprovem a adicionalidade do Projeto, com apresentação dos dados e respectivas referências sobre as quantidades e tipos de combustíveis consumidos pelas empresas concorrentes no ramo de cerâmica na região, a partir de 2001. Ressalta-se, novamente, que conforme demonstrado no Balanço Energético Brasileiro, BEN 2006, reproduzido abaixo, o setor de cerâmica tem apresentado uma firme tendência de adoção do gás natural em substituição a outros combustíveis fósseis, mesmo anteriormente ao início da atividade de projeto.

| TABELA 3.7.10.a | | | | | | | |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| SETOR INDUSTRIAL - CERÂMICA | | | | | | | |
| UNIDADE: 10³ tep | | | | | | | |
| ANO | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| GÁS NATURAL | 156 | 260 | 430 | 706 | 788 | 767 | 831 |
| ÓLEO COMBUSTÍVEL | 528 | 468 | 390 | 348 | 287 | 295 | 268 |
| TOTAL | 2.962 | 3.068 | 2.989 | 3.057 | 3.126 | 3.215 | 3.412 |

2. Fundamentar a afirmação de que as demais empresas do ramo de cerâmica não optaram pelo gás natural em seus processos produtivos. Se os dados de consumo de energia das empresas concorrentes da Eliane são confidenciais, como afirma o proponente do projeto, esclarecer quais as evidências que sustentam tal afirmação.
3. Apresentar dados técnicos que embasem a argumentação de que a tecnologia “via úmida” adotada na empresa Eliane, apresenta uma barreira adicional no que se refere à utilização de gás natural, em relação às empresas que adotam tecnologias alternativas no setor de cerâmica brasileiro.

4. Esclarecer a incongruência na argumentação apresentada na carta de resposta encaminhada no dia 19 de janeiro de 2007, na pagina 03, sobre o preço do gás natural em relação ao óleo combustível. Os dados apresentados (preço do gás natural R\$ 0,0082/KJ contra R\$ 0,0098/KJ do óleo combustível) são conflitantes com relação à argumentação de que o gás natural seria mais caro que o óleo combustível.
5. Reapresentar o DCP/PDD utilizando a sua versão 3, que foi adotada em 31 de julho de 2006 pelo Conselho Executivo do MDL, já que desde 31 de janeiro de 2007 a versão 2 não é mais aceita para registro.

O Dr. Newton informou ainda entre os projetos créditos retroativos que o seguinte projeto foi submetido durante a última reunião da CIMGC, devendo ser analisado.

➤ 142 – Pão de Açúcar – Gerenciamento de eletricidade pelo lado da demanda – DCP 1

A Dra Branca Americano informou que o projeto visa “reduzir o consumo de eletricidade nas lojas da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) resultando em reduções de emissões de gases de efeito estufa”. Na opinião do MCT, a adicionalidade deste projeto deveria ser melhor explicada, uma vez que as ações adotadas pelo desenvolvedor do projeto foram feitas durante o período do “apagão”. Ressaltou que, durante aquele período medidas de eficiência energética, foram adotadas em todos os setores da economia brasileira.

Assim, o MCT propôs que o projeto fosse revisto.

O Dr. João Luiz Tedeschi, representando o Ministério das Minas e Energia, entendeu que o projeto poderia ser aprovado com ressalva. Entendeu que o único problema deste projeto diz respeito aos alvarás de funcionamento de algumas lojas.

O Dr. Newton pediu aos demais membros da CIMGC que se pronunciassem pois existem duas opiniões, a do MCT pela revisão do projeto e a do MME propondo a aprovação com ressalvas.

A Dra. Branca entendeu que este projeto enquadra-se em um caso semelhante ao do projeto Eliane. Assim, sugeriu que o projeto fosse mantido em revisão e encaminhado ao proponente do projeto um ofício requerendo maiores esclarecimentos.

O Dr. João Antônio Fagundes Salomão, representante do Ministério da Agricultura, sugeriu que o Ministério das Minas e Energia fizesse uma análise do comportamento do setor de supermercados quanto ao consumo de energia durante o período do racionamento. Estes dados ajudariam a esclarecer se de fato o esforço empreendido pelo proponente do projeto foi ou não adicional.

A Dra. Branca ressaltou que a metodologia usada neste projeto perderá sua validade antes da 5ª Reunião Extraordinária da CIMGC. Destacou, ainda, que este projeto é o primeiro de

uma série de projetos que o proponente pretende encaminhar à CIMGC. Assim, avalia que os demais projetos deverão, necessariamente, ser elaborados utilizando a nova versão da metodologia.

Os membros da CIMGC concordaram em colocar em revisão este projeto e pedir esclarecimentos ao proponente do projeto, assim como foi feito com o projeto Eliane.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pão de Açúcar – Gerenciamento de eletricidade pelo lado da demanda – DCP 1, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - a. Demonstrar que as reduções do projeto são diferentes daquelas ocorridas em função do racionamento ocorrido em 2001. Não há evidências suficientes no DCP sobre este item.
 - b. Citar no Item B.1 a metodologia de pequena escala AMS I-D, com a versão correta utilizada para o cálculo de emissões relacionadas ao consumo de energia elétrica.
 - c. Apresentar o mapa de localização de todas as lojas, incluindo as dos outros sete projetos idênticos, para se constatar as distâncias mínimas de 1 km entre os diferentes projetos.
 - d. Traduzir a Tabela 1 – Tendência do consumo de eletricidade nas lojas individuais da CBD, explicando a diferença entre os valores estimados e monitorados de consumo de energia elétrica, e mostrar mais anos para evidenciar as tendências dos consumos, incluindo todas as lojas.
 - e. Corrigir a unidade da tabela que mostra as emissões do projeto, no Item E.1.2.1, de t CO₂ para kg CO₂.
 - f. Explicar a utilização dos recursos do Proenerg – Programa de Eficiência Energética do Governo Federal, conforme informações do Anexo III.
2. Reapresentação o Relatório de Validação para referenciar a nova versão do DCP/PDD pedida.
3. Reapresentação do Anexo III mostrando de forma clara e objetiva as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável.
4. Enviar carta-convite a comentários para a FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente.
5. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 03 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, de documentos que comprovem a legitimidade para a assinatura, pela Companhia Brasileira de Distribuição, das declarações submetidas.
6. Apresentação dos Alvarás/Licenças de Instalação e Funcionamento atuais (2006/2007) para as lojas: CPRBEM 2429 (Rua Salvador Pires de Lima, 542 – SP) e ELETRO 0406 (Rua Domingos Calheiros, 38 - São Paulo – SP); para todas as lojas, apresentação também dos Alvarás/Licenças relativos ao início da atividade de Projeto (2001), visto que as autorizações para funcionamento de estabelecimentos comerciais são renovadas anualmente pelas prefeituras municipais.

O Dr. Newton informou que o próximo ponto da agenda, ainda dentro do item “projetos requerendo créditos retroativos” é a questão do projeto Cosipar. Relembrou que este projeto já possui carta de aprovação e está requerendo uma nova carta.

Informou, ainda, que consta das pastas distribuídas a todos os membros uma carta encaminhada pela Cosipar ao Ministro Sérgio Rezende e um ofício encaminhado à Secretaria Executiva, nas quais o participante do projeto questiona a atuação da CIMGC. Solicitou ao Dr. Adriano que apresentasse o seu relatório.

O Dr. Adriano recapitulou que a empresa Cosipar foi multada duas vezes pelo IBAMA. Destacou que o proponente do projeto apresentou uma resposta à CIMGC informando que as multas aplicadas pelo IBAMA estariam sendo contestadas. Destacou ainda que na resposta o proponente do projeto informou que a empresa Cosipar iria reduzir a utilização de biomassa renovável e substituí-la por carvão mineral.

Na opinião do MMA, o IBAMA deveria ser ouvido, a fim de pronunciar-se a respeito do pedido de revisão das multas encaminhado pelo proponente do projeto.

Destacou que, com base na Resolução nº 04 da CIMGC, e considerando as informações trazidas à luz por meio do relatório do IBAMA, e de pedidos de revisão feitos por organizações não governamentais junto ao Conselho Executivo, além do princípio da precaução aplicado no âmbito do MDL, é possível que a CIMGC requeira a anulação da carta de aprovação fornecida a este participante de projeto. Entretanto, recordou que isto não será necessário, uma vez que a carta fornecida pela CIMGC não está mais válida.

O Dr. Newton pediu que o MMA verificasse junto ao IBAMA a opinião daquele órgão e trouxesse para a próxima reunião da CIMGC uma posição mais concreta.

A CIMGC deliberou pelo **adiamento** da decisão sobre a concessão no nova carta de aprovação ao projeto Cosipar.

3.2 Demais projetos em revisão

Os projetos a seguir **não** encaminharam resposta ao ofício da CIMGC até o dia 05 de janeiro de 2007, **permanecendo, assim, em revisão**.

- 110 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Goiás**
- 117 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Giasa II**
- 118 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros**
- 119 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Ruelle**
- 120 - **Projeto de Cogeração com Bagaço Maracá**

Informou que o projeto abaixo enviou resposta ao ofício após o dia 06 de fevereiro de 2007, não havendo tempo hábil para análise e distribuição da documentação aos membros da CIMGC. Assim, **não** foi analisado durante a 35ª reunião.

➤ **137 - Projeto de Hidrelétrica Martinuv Espigão**

Informou, ainda, que o proponente dos projetos abaixo requisitou a suspensão de suas análises

➤ **133 – Projeto de usina de biomassa São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil**

➤ **134 - Projeto de usina de biomassa São Sepé – Rio Grande do Sul, Brasil**

➤ **135 – Projeto de usina de biomassa Dom Pedrito – Rio Grande do Sul, Brasil**

O Dr. Newton convidou o Dra. Branca Americano para apresentar o posicionamento do MCT acerca dos demais projetos em revisão.

➤ **107 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Camil Camaquã**

A Dra. Branca informou que este projeto envolve a instalação de uma unidade de geração de biomassa. Avaliou que, na opinião do MCT, o projeto poderia ser aprovado com ressalva, e que a questão mais relevante diz respeito ao licenciamento ambiental. Explicou que o início da atividade deste projeto está prevista para uma data futura. Assim, questionou qual seria a posição adequada a ser adotada pela CIMGC, haja visto que não é possível exigir que o projeto tenha todas as licenças ambientais, especialmente a licença de operação.

O Dr. Newton pediu ao Dr. Adriano que apresentasse o posicionamento do MMA acerca do licenciamento ambiental de projetos com data de início de operação futura.

O Dr. Adriano esclareceu que este tema foi debatido internamente no MMA e um parecer está sendo preparado para ser encaminhado à CIMGC, contemplando uma proposta de minuta de resolução para tratar especificamente deste tema. Informou que pretendem encaminhar formalmente o documento antes da 5ª Reunião Extraordinária.

De forma sintética, esclareceu que a proposta do MMA é de tratar de forma diferenciada os requerimentos das licenças do empreendimento e licença específica da atividade MDL. Segundo a proposta do MMA, as licenças do empreendimento deverão sempre ser apresentadas, ou outros documentos que as substituam legalmente. Quanto às licenças específicas da atividade de projeto, sugeriu duas situações: (1) quando a data futura de início da atividade de projeto for **superior** a 90 dias da data de submissão, o proponente do projeto deve apresentar um termo no qual se compromete a obter o licenciamento

específico da atividade de projeto até sua data prevista para entrada em operação, sob pena de ter sua carta de aprovação revogada nos termos da Resolução 04 da CIMGC; (2) quando a data futura de início da atividade de projeto for **inferior** a 90 dias da data de submissão, a CIMGC solicitaria o encaminhamento de uma **manifestação do órgão ambiental** sobre o licenciamento desta atividade de projeto.

Outras ações que poderiam ser tomadas envolvem a promoção pelo MMA de um trabalho de capacitação e sensibilização dos órgãos ambientais e também a elaboração de um sistema integrado de informações entre o MMA e estes órgãos.

O Dr. João Luiz Tedeschi informou que as autorizações ou resoluções da ANEEL devem sempre ser apresentadas, mesmo que o início da atividade de projeto seja futuro, independentemente do prazo.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Camil Camaquã, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar procuração da PTZ Bioenergy Ltda. para Marie Bertolucci Ehrenberger, dando-lhe poderes para assinar em nome da empresa a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e da carta de conformidade da situação ambiental.
2. Apresentar o licenciamento ambiental referente à concepção, implantação e /ou funcionamento da unidade de co-geração à biomassa de 3,5 MW de capacidade instalada, referente ao projeto de MDL.
3. Apresentar a Resolução Autorizativa da ANEEL para atuar como produtor independente de energia elétrica, ou esclarecer e documentar os procedimentos que estão sendo tomados com o objetivo de licenciar esta atividade.

➤ 108 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa - CAAL

A Dra. Branca informou que o projeto CAAL encontra-se em situação similar ao projeto Camil Camaquã. Assim, a proposta do MCT é de que o projeto seja aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa - CAAL, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Apresentar procuração da PTZ Bioenergy Ltda. para Marie Bertolucci Ehrenberger, dando-lhe poderes para assinar em nome da empresa a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e da carta de conformidade da situação ambiental e trabalhista.

➤ **109 - Projeto de Captura de Gás de Aterro Sanitário Alto-Tiête**

A Dra. Branca descreveu o projeto ressaltando que se trata de um projeto de aterro sanitário. Esclareceu que o proponente do projeto optou por utilizar a metodologia AM0011 que exige que não haja coleta e destruição de metano na linha de base. Entretanto, a Licença de Instalação exigia que parte dos gases fossem coletados e queimados. Assim, enquanto a questão da linha de base não for solucionada, o MCT sugere que o projeto fique em revisão.

O Dr. Adriano informou que, no que diz respeito ao licenciamento ambiental, o MMA considerou a exigência atendida.

O Dr. Newton ressaltou que a maior parte dos projetos de aterro sanitário brasileiros consideram alguma queima de metano na linha de base e utilizam a metodologia consolidada, e não a metodologia AM0011. Esclareceu que a metodologia consolidada prevê a destruição de parte do metano na linha de base, e que esta metodologia seria mais apropriada para o projeto em questão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Captura de Gás de Aterro Sanitário Alto-Tiête, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Considerar no cálculo das reduções de emissões a queima dos gases de aterro que já ocorreriam na linha de base. O pedido baseia-se na condicionante n. 7 da Licença de Instalação n. 000671, emitida pela CETESB em 11/12/2000, que estabelece que no aterro deve-se “Implementar e operar adequadamente sistema de drenagem e queima de gases gerados no aterro sanitário, não devendo ocorrer a percepção de emissões residuais de substâncias odoríferas fora dos limites da área de propriedade do aterro.” Desta forma existe alguma destruição do gás de aterro na linha de base que deve ser descontada das reduções de emissões. Adicionalmente levantamos a questão da aplicabilidade da metodologia AM00011 “Landfill gas recovery with electricity generation and no capture or destruction of methane in the baseline scenario” já que a mesma determina que não deve haver qualquer tipo de destruição de metano na linha de base.
2. Apresentar o DCP/PDD utilizando a versão 3 do formulário. Em resposta ao ofício 0152/2006/CIMGC, o proponente do projeto afirmou ter encaminhado o projeto já na versão atualizada (versão 3), mas não corresponde à versão recebida (versão 2).

➤ **121 - Projeto de Cogeração a Biomassa Josapar Itaqui**

A Dra. Branca informou que se trata de um projeto que envolve a utilização de cascas de arroz não utilizadas para geração de energia elétrica e de vapor para o processo do engenho de arroz; a demanda de eletricidade da rede da Josapar em Itaqui-RS será totalmente atendida pela atividade de projeto, sendo que o pequeno excedente será comercializado para a rede externa.

Destacou que a maior parte das exigências foram atendidas, restando apenas algumas menos importantes, tais como a legitimidade para assinatura e dubiedade no nome da empresa. Assim, propõe que o projeto seja aprovado com ressalvas.

O Dr. Adriano informou que é necessária a apresentação de uma declaração de conformidade com o licenciamento ambiental do órgão ambiental local.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Cogeração a Biomassa Josapar Itaqui, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar procuração da PTZ Bioenergy Ltda. para Marie Bertolucci Ehrenberger, dando-lhe poderes para assinar em nome da empresa a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e da carta de conformidade da situação ambiental.
2. Apresentar a Licença de Operação (citada como LO 07070/2004-DL, 30/09/2004 válida até 30/09/2008), citada pelo Relatório de Validação. Caso não seja a licença referente à atividade de projeto, o Relatório de Validação deve ser corrigido nesse ponto, devendo-se adicionalmente esclarecer, com documentos, os procedimentos que estão sendo tomados com o objetivo de licenciar essa atividade.
3. Apresentar o requerimento de alteração do cronograma físico do projeto junto à ANEEL.
4. Esclarecer a quantidade produzida de cascas de arroz da Josapar Itaqui, que não é compatível com a quantidade de horas de operação da caldeira e seu consumo de cascas. No Anexo III diz-se que “o gerador acionado terá potência efetiva de 6.000 kW, o qual operará em regime de 24 h/dia, 7 dias/semana. Tendo-se em vista a disponibilidade de cascas, a central termelétrica da JOSAPAR Itaqui irá operar segundo um fator de utilização de 62 %, resultando, assim, em 32.663 MWh de energia gerada por ano pelo projeto.” Considerando esse fator de utilização, as cascas seriam queimadas durante $0,62 \times 24 \times 365 = 5.431,2$ horas; com o consumo de 10,5 t/hora, conforme diz o DCP, o total de cascas usado seria de 57.027,6 t/ano, mais que o total de 31.878 t/ano produzido pela empresa.

➤ **122 - Projeto de Geração de Eletricidade a Biomassa
Josapar Pelotas**

A Dra. Branca informou que este projeto é similar ao projeto Josapar Itaqui. Assim, o MCT também propôs que fosse aprovado com ressalvas.

O MMA destacou que este projeto apresenta o mesmo problema do projeto anterior.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Geração de Eletricidade a Biomassa Josapar Pelotas, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar procuração da PTZ Bioenergy Ltda. para Marie Bertolucci Ehrenberger, dando-lhe poderes para assinar em nome da empresa a declaração sobre o responsável e o modo de comunicação, do termo de compromisso do envio de documento de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e da carta de conformidade da situação ambiental.
2. Apresentar o requerimento de alteração do cronograma físico do projeto junto à ANEEL.
3. Reapresentar nova tradução do Relatório de Validação, que referencia erradamente a versão do DCP.

➤ **126 - Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Urbano SINOP**

A Dra. Branca destacou que existem alguns problemas com o licenciamento ambiental deste projeto. Assim, sugeriu que o projeto seja aprovado com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa Urbano SINOP, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o Relatório de Validação, esclarecendo que a licença que o projeto está revalidando refere-se à produção de arroz, e não à produção de energia elétrica, que necessitará um licenciamento próprio.
2. Apresentar a Licença Prévia (LP) para a geração de energia elétrica, referente ao projeto de MDL, ou esclarecer e documentar os procedimentos que estão sendo tomados com o objetivo de licenciar essa atividade.

➤ **139 – Projeto Troca de óleo combustível por gordura animal na companhia de tecidos e fiação Santo Antônio**

A Dra. Branca questionou se o Certificado apresentado têm valor de uma licença ambiental.

O Dr. Adriano destacou que o Certificado apresentado é válido como licença ambiental. Esclareceu, no entanto, que é necessário que seja esclarecido se os equipamentos instalados no projeto são contemplados neste Certificado. Para tanto, sugeriu que o participante do projeto requeira uma declaração do órgão ambiental local.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Troca de óleo combustível por gordura animal na companhia de tecidos e fiação Santo Antônio, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar versão corrigida do DCP (português), tal qual o PDD (inglês). Em resposta ao Ofício MDL 179/2006/CIMGC, exigência 03, o valor calculado do fator de emissão foi corrigido apenas no PDD, mas não no DCP.
2. Apresentar documentação que demonstre que os equipamentos citados no DCP/PDD (duas caldeiras com capacidade de 6,4 MW e outras duas com capacidades de 11,5 MW e 7,4 MW) estão incluídos no processo de licenciamento.

➤ **141 – Redução de emissões de N₂O numa planta de ácido nítrico em Paulínia, São Paulo**

A Dra. Branca informou que na opinião do MCT este projeto pode ser aprovado sem qualquer ressalva.

O MMA também concordou com este posicionamento.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto de Redução de emissões de N₂O numa planta de ácido nítrico em Paulínia, São Paulo.

3.3 Projetos submetidos à CIMGC durante a 34ª reunião

O Dr. Newton informou que os projetos a seguir foram submetidos antes da 34ª reunião devendo ser analisados.

➤ **143 – Projeto de Energia Eólica Rosa dos Ventos**

A Dra. Branca informou que trata-se de um projeto de energia eólica localizado no Ceará formado pelo agrupamento de dois projetos de energia eólica de pequena escala. É composto pelo projeto de energia eólica Lagoa do Mato (10,40 MW) e pelo projeto de energia eólica Canoa Quebrada (3,20 MW). Na opinião do MCT, o projeto pode ser aprovado com pequenas ressalvas.

O Dr Adriano concordou com o posicionamento do MCT, destacando que é necessária a apresentação da licença de operação.

O Dr. João Luiz Tedeschi destacou que, na opinião do MME, este projeto deveria ficar em revisão, uma vez que se trata de empreendimentos ligados ao PROINFA e coordenados pelo MME. Destacou que não foram apresentados documentos de anuência da ELETROBRAS, lembrando que, segundo o Decreto 5882/06, a competência para submissão de PDDs/DCPs de projetos ligados ao PROINFA passou a ser da ELETROBRAS. Ressalta algumas discrepâncias entre os valores apresentados no projeto e os valores assinados com o PROINFA, entre outros.

O Dr. Newton esclareceu que apesar de já ter sido discutido em outra reunião da CIMGC, o entendimento da Secretaria Executiva é de que não seria possível solicitar posicionamento à

ELETROBRAS sempre que um projeto ligado ao PROINFA fosse submetido à Comissão, uma vez que isso fugiria das atribuições da CIMGC. Sugeriu que o MME informasse à ELETROBRAS sempre que um projeto ligado ao PROINFA fosse submetido, possibilitando que a ELETROBRAS encaminhasse correspondência à CIMGC caso questionasse a submissão do projeto, o que permitiria o posicionamento da CIMGC.

O Dr. Newton entendeu que as outras questões levantadas pelo MME seriam suficientes para colocar o projeto em revisão.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Energia Eólica Rosa dos Ventos, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - a. Explicitar no Item B.1 as duas metodologias utilizadas (AMS I.D e ACM0002) com suas versões. Como o projeto não será registrado até 16/02/2006, atualizar a versão da AMS I.D para a de nº 10.
 - b. Acertar a data de início da atividade do projeto (Item C.1.1) que deveria ser, no máximo, de 01/03/2006 e não 01/03/2007.
 - c. Corrigir a potência das usinas na seção A.2, pág. 2, pois elas foram apresentadas invertidas. O correto é: Lagoa do Mato (3,2 MW) e Canoa Quebrada (10,5 MW), de acordo com as demais informações do DCP.
 - d. Rever toda a tradução para o português, para evitar, por exemplo, erros do tipo:
 - i. data errada da versão do DCP;
 - ii. tabelas não traduzidas;
 - iii. a notação decimal que está em inglês, por todo o DCP.
2. Reapresentar o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - a. Referenciar a nova versão do DCP/PDD pedida.
 - b. Acertar na versão em português a data da revisão do documento.
3. Apresentar o contrato social da Rosa dos Ventos Ltda., para comprovar a legitimidade da assinatura utilizada nas declarações da empresa ligadas ao projeto, de acordo com Resolução Nº 03 desta Comissão.
4. Esclarecer o fato da LI nº 50/2006, que se refere à implantação da Central Eólica Lagoa do Mato, autorizar a capacidade de 27 MW, maior do que aquela constante no DCP.
5. Apresentar as Licenças de Operação para ambas as plantas eólicas, já que o DCP previa sua operação em 01/12/2006 e informava o período de obtenção de créditos como sendo 01/03/2007.
6. Indicação, de forma clara, do montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede, pois há uma discrepância entre os valores apresentados no Anexo 4, pág 38 do DCP, e os contratos assinados pela Rosa dos Ventos Ltda. com a ELETROBRÁS, no âmbito do PROINFA. De acordo com consulta à Sala de Monitoramento do PROINFA no MME, o Projeto foi selecionado para participar do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e estabeleceu a venda da energia gerada por meio de CCVE – Contrato de Compra e Venda de Energia com a

ELETROBRÁS, em 21/03/2005, por um período de 20 anos, a partir de 2006, com potência contratada de 3,23 MW e energia contratada de 9.575 MWh (Central Eólica Lagoa do Mato) e com potência contratada de 10,50 MW e energia contratada de 36.026 MWh (Central Eólica Canoa Quebrada). Contudo, foi informado pelos proponentes que, no período de créditos, o Projeto pretende exportar para a rede a energia de 13.047 MWh/ano (Central Eólica Lagoa do Mato) e 37.847 MWh/ano (Central Eólica Canoa Quebrada).

7. Apresentação do cronograma atualizado de implementação das obras, com necessária adequação no período de créditos solicitado, porque a data atual de 01/03/2007 não está adequada. Ressalta-se que, de acordo com a Portaria MME nº. 296/06, de 29/11/06, os processos de aditamentos contratuais dos empreendimentos do PROINFA deverão estar concluídos com a ELETROBRÁS, até 30/03/2007.
8. Apresentação de autorização da ANEEL para funcionamento dos empreendimentos, em conformidade com o cronograma de implementação das obras.

➤ 144 – **Projeto Pequena Central hidroelétrica São João**

A Dra. Branca Americano destacou que se trata de uma pequena central hidroelétrica. Sugeriu que o projeto fosse aprovado com ressalvas tendo sido levantadas questões ligadas ao licenciamento ambiental.

O Dr. Adriano informou que concordava com o posicionamento do MCT.

O Dr. João Luiz Tedeschi informou a necessidade da apresentação de autorização da ANEEL, mas concordou com o posicionamento pela aprovação com ressalvas.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Pequena Central hidroelétrica São João, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar as condicionantes da Licença de Instalação 043/98 de 17 de junho de 2005 e documentos que comprovem o seu cumprimento.
2. Apresentar a autorização emitida pela ANEEL, mencionada no Relatório de Validação.
3. Esclarecer a data de entrada prevista de operação comercial, se aquela informada no DCP (que deverá obrigatoriamente ser alterada, pois o empreendimento ainda não entrou em operação comercial), em que o empreendimento teria início em 01/01/2007, ou a prevista na Resolução Autorizativa da ANEEL nº. 374, de 29/07/2007, citada anteriormente.
4. Apresentar Licença de Operação ou documentos que comprovem a adoção das medidas que estão sendo tomadas para sua obtenção. Ressalta-se que a data prevista para o início da atividade de projeto seria 01/01/2007, motivo pelo qual a Licença de Operação já deveria ter sido expedida pelo IEMA.

5. Revisar/corrigir/esclarer os seguintes textos/informações grifados(as):

a. Página 2 do DCP, item A.2.esclarecer:

- A atividade de projeto está sendo efetuada pela Energest, uma empresa de geração de energia que faz parte do grupo EDP (Energias de Portugal). A atividade de projeto foi concedida inicialmente em 1999 pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) como parte de um processo burocrático para iniciar um estudo de viabilidade.

b. Página 13 do DCP, etapa 3 – Análise das Barreiras – redigir melhor o trecho sublinhado:

- A partir do cenário energético de 1990, quando o estado era o proprietário das empresas e definiu os investimentos em novas unidades de geração, até julho de 2005, quando o mercado Brasileiro foi designado como um mercado de eletricidade por atacado com modelo de despacho em estratos e separação entre as atividades (geração de energia, distribuição e comercialização), o setor energético do Brasil mergulhou com um conjunto de incertezas reguladoras, falta de energia, instabilidade macroeconômica, que definitivamente construiu um caminho para novas oportunidades na distribuição de energia e para o mercado energético.

➤ 145 – **Projeto de Repotenciação Energética da UHE Mascarenhas**

A Dra. Branca destacou que se trata de uma repotenciação de uma central hidroelétrica, com a instalação de uma nova máquina. Na opinião do MCT o projeto poderia ser aprovado com ressalvas.

O Dr. Adriano concordou com o posicionamento do MCT.

O Dr. João Luiz Tedeschi também concordou com o posicionamento pela aprovação com ressalvas do projeto.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Repotenciação Energética da UHE Mascarenhas, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar a autorização da ANEEL para proceder à repotenciação da UHE Mascarenhas.
2. Corrigir a incongruência entre o valor estimado de reduções de emissões de GEE apresentado no Relatório de Validação / Validation Report e no DPC/PDD. Segundo o Relatório de Validação / Validation Report, o valor estimado de Reduções de Emissões do Projeto é de 353.264 tCO_{2e}. Esse valor diverge do apresentado no DCP/PDD versão 03, que é de 353.451 tCO_{2e}.

3. Confirmar o cálculo da energia gerada de 192.720 MWh, considerando as 3.845 horas por ano adotadas como disponibilidade operativa. Confirmar qual valor de potência foi adotado (45 MW ou 49,5 MW).

O Dr. Newton destacou que o Projeto Agrocere PIC de captura de GEE em uma granja de suínos foi submetido logo após a 34ª reunião o que viabilizou sua análise pela Secretaria Executiva. Sendo assim, questionou os demais ministérios se haveria alguma objeção em prosseguir com a análise do seguinte projeto durante a 35ª reunião da CIMGC.

Não havendo objeção, a análise foi iniciada.

➤ **146 – Projeto Agrocere PIC de captura de GEE em uma granja de suínos**

A Dra. Branca informou que a análise do MCT levantou uma série de pontos que deveriam ser corrigidos, entretanto, nenhum deles sugeria que o projeto deveria ser revisto. Assim, apesar do número de questionamentos a opinião do MCT é de que este projeto deva ser aprovado com ressalvas.

O Dr. Adriano informou que, no que se refere à legislação ambiental, o MMA entendeu que o projeto encontra-se em conformidade.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Agrocere PIC de captura de GEE em uma granja de suínos, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - a. Atualizar a versão da metodologia de pequena escala III.D – Recuperação de metano em atividades agrícolas e agroindustriais – para a de número 11, caso o projeto não seja registrado até 16/02/07.
 - b. Corrigir a informação de que as emissões do projeto são nulas e apresentar sua fórmula de cálculo, para ficar de acordo com o resultado final de redução de emissões.
 - c. Esclarecer a afirmação de que “a atividade de projeto não exige um relatório de avaliação ambiental específico ou uma nova permissão ambiental”.
 - d. Rever a tradução para o português, para evitar, por exemplo, erros do tipo: “restrições à concessão da Licença de Operação” em vez de “condicionantes da Licença de Operação”. (Item F.1)
 - e. Corrigir o Anexo 1, que não apresenta corretamente o nome do participante do projeto “Agrocere PIC Suínos Biotecnologia e Nutrição Animal S/A”.
2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - a. Referenciar corretamente a versão do DCP/PDD.

- b. Esclarecer os pontos relacionados ao licenciamento ambiental da atividade de projeto, que está hoje em desacordo com o DCP/PDD como, por exemplo, o processo COPAM 90059/2000/003/2006 (Tabela 4), que o DCP diz ser 59/00/02/01.
 - c. Rever a tradução, para evitar erros do tipo: “project participants are requiring a correction...” traduzido por “foi requerido aos participantes do projeto a correção...” (Tabela 4).
- 3. Reapresentação do Anexo III mostrando de forma clara e objetiva as contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável. Particularmente no que se refere à contribuição para a sustentabilidade ambiental local, corrigir as informações de que o CO₂ e o N₂ são gases que “representam uma grande preocupação para a manutenção da qualidade do ar”, porque o CO₂ de origem biogênica não é prejudicial, muito menos o N₂, maior componente da atmosfera.
- 4. Apresentação dos documentos da Agrocere PIC Suínos referentes à legitimidade para a assinatura individual de suas declarações submetidas, de acordo com Resolução N° 03 desta Comissão, em vigor desde o dia 19/05/2006.

4. Outros Assuntos

6.1 Correspondência da Plantar

O Dr. Newton informou que a Plantar vêm desenvolvendo um projeto MDL já a algum tempo, porém, apenas recentemente sua metodologia foi aprovada. O projeto envolve créditos retroativos e tem que ser analisado durante a reunião extraordinária, entretanto, nem toda a documentação foi submetida à CIMGC. Os proponentes se comprometem a submeter a documentação com a maior brevidade possível e pedem que a CIMGC analise o projeto durante a próxima reunião.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Newton Paciornik agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.